



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SECRETARIA DEMANDANTE:**

Secretaria Municipal de Assistência Social.

**NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO:** Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pintura interna nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Pontão/RS.

**1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com **Critério de julgamento:** pelo MENOR PREÇO GLOBAL, **Fundamento Legal:** Artigo 75, II, da Lei 14.133/2021.

**2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O quantitativo corresponde à demanda justificada no Documento de Formalização de Demanda da Secretaria requisitante.

**2.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme o Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**2.3.** O objeto do presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO possui natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, com base em especificações usuais de mercado, conforme o art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.4.** Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	REF.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	Tinta acrílica semibrilho para pintura das paredes internas. Embalagem de 16 litros.	Baldes	4 baldes	R\$ 620,00	R\$ 2.480,00
2	Massa acrílica para correção de rachaduras e	Baldes	2 baldes	R\$ 120,00	R\$ 240,00

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



	fissuras das paredes internas. Embalagem de 25kg.				
3	Tinta esmalte sintético para pintura das portas internas. Embalagem de 3,6 litros.	Galões	5 galões	R\$ 150,00	R\$ 750,00
4	Solvente. Embalagem de 05 litros.	Galões	2 galões	R\$ 120,00	R\$ 240,00
5	Fita para isolamento	Unidade	5 rolos	R\$ 25,00	R\$ 125,00
6	Lixa para lixar imperfeições	Metros	5 metros	R\$ 5,00	R\$ 25,00
7	Mão de obra de pintura e correção das paredes internas e das portas internas de todas as salas do CRAS.	SRV	Serviço Mão de obra		R\$ 6.060,00
<b>TOTAL:</b>					<b>R\$ 9.920,00</b>

**2.5.** O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Lei 14.133/2021.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. FUNDAMENTAÇÃO**

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo de dispensa de licitação.

#### **3.2. NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA**

A contratação de serviços de pintura interna nas instalações do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma medida imprescindível para promover a manutenção adequada e a melhoria das condições de uso deste espaço público. O CRAS desempenha um papel fundamental na rede

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



socioassistencial, oferecendo atendimento direto à população em situação de vulnerabilidade social. Assim, é essencial que seu ambiente esteja em boas condições de higiene, conservação e acolhimento, refletindo a importância do serviço prestado à comunidade.

A pintura interna é uma parte crucial da manutenção preventiva e corretiva do imóvel, contribuindo não apenas para a preservação da estrutura física, mas também para a criação de um ambiente que favoreça o bem-estar dos usuários. Um espaço bem cuidado e esteticamente agradável pode impactar positivamente a experiência dos cidadãos que buscam apoio e serviços no CRAS, promovendo um sentimento de acolhimento e respeito.

Atualmente, as paredes internas do CRAS apresentam desgaste visível, com descascamentos, manchas de infiltração, mofo, sujeira e outros sinais do tempo. Esses problemas não apenas comprometem a estética do ambiente, mas também a sua salubridade. Em algumas áreas, a degradação da pintura pode afetar a saúde dos usuários e servidores. Além disso, a aparência deteriorada do espaço pode transmitir uma imagem de abandono ou descuido, o que é incompatível com os princípios da dignidade e do acolhimento que norteiam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A falta de manutenção adequada pode levar a um ciclo vicioso de degradação, onde a deterioração do espaço físico impacta negativamente a qualidade do atendimento prestado. Um ambiente que não é bem cuidado pode desestimular a participação da comunidade nos serviços oferecidos, prejudicando a efetividade das políticas públicas de assistência social. Portanto, a pintura interna não é apenas uma questão estética, mas uma necessidade funcional que afeta diretamente a qualidade do serviço prestado.

Diante do exposto, considera-se necessária a contratação de uma empresa especializada na execução de serviços de pintura interna no CRAS. Essa contratação deve respeitar as normas técnicas vigentes e os critérios de economicidade, eficiência e qualidade. A escolha de uma empresa qualificada garantirá que os serviços sejam realizados de forma adequada, utilizando materiais apropriados e técnicas que assegurem a durabilidade da pintura. Além disso, a execução desses serviços contribuirá para a valorização do espaço público, refletindo o compromisso da administração com a melhoria das condições de vida da comunidade e a promoção de um ambiente mais saudável e acolhedor para todos os usuários.

#### **4. DAS OBRIGAÇÕES:**

##### **4.1. SÃO RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:**

- a)** Notificar a Contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou qualquer irregularidade encontrada no(s) item(ns) e/ou serviço(s).
- b)** Aplicar as sanções regulamentares e contratuais à Contratada, quando necessário.
- c)** Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, conforme solicitado pela Contratada.
- d)** Acompanhar a entrega do(s) item(ns) e/ou serviço(s), avaliando sua qualidade e, caso necessário, rejeitando-os com justificativa, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.
- e)** Fornecer orientações necessárias e realizar os pagamentos conforme as condições acordadas.

**(54) 2560-0131**

**[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)**

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



- f)** Exercer fiscalização ampla sobre o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.
- g)** Designar responsáveis pela fiscalização e pelo acompanhamento da entrega do(s) item(ns) e/ou serviço(s) contratado(s).
- h)** Atestar a nota fiscal/fatura após o recebimento definitivo do(s) item(ns) e/ou serviço(s) e encaminhá-la à área financeira para pagamento conforme as condições acordadas.
- i)** Notificar a Contratada em caso de irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais.
- j)** Garantir que o contratado aceite, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, ou até 50% no caso de reforma de edifícios ou equipamentos.
- k)** Aplicar o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012, efetuando a retenção do Imposto de Renda sobre os pagamentos realizados, exceto para Pessoas Jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL e MEI, que estão isentas dessa retenção.
- l)** Realizar a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) na prestação de serviços, conforme o Art. 349, I do Código Tributário Nacional e a LC 004/2018.

#### **4.2.SÃO RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

- a)** A contratada deverá cuidar da segurança de seu pessoal empregado na execução do contrato, obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a contratante e seus prepostos, isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes da entrega, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- b)** A contratada responderá por danos, dolosa ou culposamente causada à contratante, a seus servidores ou a terceiros, na execução do fornecimento e pela má qualidade do objeto entregue, com exclusão da Contratante de quaisquer efeitos, para todos os fins, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- c)** O(s) serviço(s) e/ou item(ns) entregue(s) será(ão) avaliado(s) pela qualidade, podendo a contratante recusar o recebimento.
- d)** A contratada deverá manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, inclusive aquelas relativas às especificações.
- e)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do(s) produto(s), de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).
- f)** Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- g)** Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência do(s) serviço(s) e/ou item(ns).
- h)** Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.

**(54) 2560-0131**

**[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)**

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



- i)** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei 14.133/2021 do valor contratado inicialmente.
- j)** Realizar a entrega do(s) item(ns) e/ou serviço(s) no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- k)** Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato.
- l)** A contratada arcará com todos os encargos fiscais, trabalhistas, comerciais, tributários, seguros, transporte e demais custos decorrentes do contrato.
- m)** Os encargos incluem tributos, contribuições fiscais e parafiscais, mão de obra, administração, lucros, transporte de material e demais despesas acessórias.
- n)** Substituir o objeto avariado no prazo estabelecido ou, não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos.
- o)** Prestar informações sobre a utilização do objeto.
- p)** Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, observando as normas técnicas.
- q)** Prestar garantia, manutenção e assistência técnica, caso exigidas no Termo de Referência.
- r)** Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes.
- s)** Informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail ou outros dados durante a vigência do contrato.

## **5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- a)** A contratada deverá iniciar os serviços de pintura interna imediatamente após a emissão da ordem de serviço pela contratante;
- b)** A contratada deverá executar os serviços durante o horário comercial, respeitando as normas internas de funcionamento do CRAS e sem prejuízo às atividades desenvolvidas no local;
- c)** A contratada deverá utilizar materiais de qualidade, compatíveis com as especificações técnicas exigidas, e devidamente aprovados pela fiscalização da contratante;
- d)** A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada para a execução dos serviços, garantindo mão de obra suficiente para o cumprimento do cronograma estabelecido;
- e)** A contratada deverá manter o local de trabalho limpo e organizado durante a execução dos serviços, realizando a devida proteção de móveis, equipamentos e demais bens do patrimônio público;
- f)** A contratada deverá entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de uso, sem imperfeições, sujeira ou pendências, mediante termo de recebimento definitivo emitido pela contratante;
- g)** A contratada deverá fornecer um relatório final detalhando os serviços realizados, incluindo informações sobre os materiais utilizados e recomendações para a manutenção futura do espaço;

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



h) A contratada deverá substituir, por sua conta, todo e qualquer material danificado ou serviço executado com defeito, falha ou em desacordo com as especificações exigidas, sem ônus para a contratante e dentro do prazo de execução contratado.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 9.920,00 (nove mil novecentos e vinte reais)**.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a pintura interna do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Pontão/RS tem como objetivo revitalizar o ambiente, promovendo a manutenção e a melhoria das condições do espaço. A pintura interna é uma ação essencial que não apenas melhora a estética do local, mas também contribui para a preservação da estrutura física do imóvel, garantindo um ambiente saudável e acolhedor para os usuários.

A proposta contempla a utilização de materiais de qualidade e que atendem às normas técnicas, assegurando a durabilidade da pintura e minimizando a necessidade de manutenções frequentes. A escolha de tintas e produtos adequados é fundamental para evitar problemas como descascamentos e infiltrações, que podem comprometer a saúde dos usuários e a integridade do espaço.

Além disso, a solução inclui a entrega de um relatório final que detalha os serviços realizados, os materiais utilizados e recomendações para a manutenção futura do espaço. Esse documento servirá

(54) 2560-0131

[pontão.rs.gov.br](http://pontão.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



como um guia para a administração do CRAS, facilitando a preservação do ambiente e assegurando que as condições de uso sejam mantidas ao longo do tempo.

A execução dessa pintura interna é uma iniciativa fundamental para garantir que o CRAS continue a ser um local de apoio e dignidade para a população atendida. Um ambiente bem cuidado e acolhedor reflete o compromisso da administração com a qualidade dos serviços prestados à comunidade, promovendo um espaço que favorece o bem-estar e a participação dos cidadãos nos serviços oferecidos. Em suma, essa ação é um passo importante para fortalecer a imagem do CRAS como um centro de referência e acolhimento na assistência social.

## **9. FISCALIZAÇÃO:**

**9.1.** Nos termos do art. 117, III, Lei nº 14.133, de 2021, fica designada Sra. Rosemeri Brugnera - Secretária Municipal de Assistência Social, ou outra pessoa devidamente designada, para a função de acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

**9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 18 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DO PAGAMENTO:**

**10.1.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução e recebimento da Nota Fiscal devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento.

**10.2.** Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos produtos e serviços ou implicará em sua aceitação.

**10.3.** A nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do contrato administrativo, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do(s) bem(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

## **11. DA CONTRATADA**

A empresa **TIAGO DALVAN PINHEIRO** inscrita no CNPJ nº 32.408.576/0001-89 será a contratada pelo MUNICÍPIO DE PONTÃO/RS para a prestação de serviços, constante no respectivo processo, conforme as especificações e condições estabelecidas nos documentos que instruem a contratação. A escolha da referida empresa decorre da regularidade de sua proposta e

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



do atendimento aos requisitos exigidos, estando apta a atender à demanda da Administração Municipal.

## **12. DA HABILITAÇÃO**

### **12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a)** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b)** Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

### **12.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) e no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d)** Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e)** Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### **12.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a)** Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

## **13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL**

**13.1.** Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

- a)** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b)** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**(54) 2560-0131**

**[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)**

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**13.2.** Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

## **14. SANÇÕES**

**14.1.** A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do presente processo de dispensa de licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo de dispensa de licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar o processo de dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo de dispensa de licitação.

l) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

m) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

n) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

o) Deixar de apresentar amostra ou apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

p) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital e seus anexos

q) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

r) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

s) Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**14.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 14.1 deste, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**14.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 14.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**14.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 14.2 do presente.

**14.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**14.6.** A aplicação das sanções previstas no item 14.2. deste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**14.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 14.2, alínea “b”, do presente, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**14.8.** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**14.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**14.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**14.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**14.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 14.1 do presente exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**14.14.** Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto.

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendido decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

0901 08 122 1001 2064 38028.8 IGD-PAB.AUX.BRA

0901 08 122 1001 2064 33903000000000 2660 O 53299.1 MATERIAL DE COM

0901 08 122 1001 2064 33903024000000 2660 E 53323.8 MATERIAL P/MANU

0901 08 122 1001 2064 33903900000000 2660 O 53366.1 OUTR.SERVIC.TER

0901 08 122 1001 2064 33903916000000 2660 E 53377.7 MANUT.E CONSERV

**Pontão/RS, em 18 de julho de 2025.**

---

**Caroline Souza Bordignon**

**Auxiliar Administrativo**

**Responsável pela elaboração do Termo de Referência**

**(54) 2560-0131**

**[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)**

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000